dos corpos administrativos o disposto nos artigos 13.º a 16.º d'este decreto, devendo as respectivas despesas ser custeadas pelos corpos administrativos a que pertencerem.

Art. 18.º A todos os cidadãos que estiverem prestando serviço militar nas condições do artigo 4.º, é garantido o amparo à família pelas municipalidades previsto no artigo 47.º da citada lei do recrutamento, ou, subsidiariamente, pela Assistência Pública.

Art. 19.º Quando as praças de pré forem chamadas ao serviço militar, nos termos do artigo 5.º, e permanecem nas fileiras mais de trinta dias, ou forem convocadas para serviço de campanha, serão concedidas subvenções diárias às pessoas de suas famílias abaixo indicadas, quando se prove que estas estavam a seu cargo exclusivo, que não tem meios alguns de subsistência e que são incapazes de, pelo seu trabalho, os poder adquirir:

- a) Mulheres;
- b) Filhos de idade inferior a dezasseis anos;
- c) Ascendentes que tenham mais de sessenta anos de idade;
- d) Irmãos ou irmãs de idade inferior a dezasseis anos;
- e) Mulher sexagenária que criou ou educou desde a infância o militar convocado tendo este sido exposto, órfão ou abandonado:

§ 1.º São equiparados aos indicados nas alíneas d'este artigo os indivíduos que, tendo idade diversa, se mostrem fisicamente impossibilitados de trabalhar.

§ 2.º As famílias dos convocados para serviço militar, nos termos de artigo 5.º, e que permaneçam nas fileiras mais de dez dias e menos de trinta dias é aplicável o disposto no artigo 18.º

Art. 20.º A subvenção correspondente às pessoas de família indicadas nas alíneas c), d) e e) do artigo anterior não será concedida quando o convocado seja casado, viúvo ou divorciado, e a subvenção tenha sido abonada à mulher ou aos filhos. Quando sejam convocados vários irmãos, a subvenção constante das alíneas c) d), e e) do artigo anterior será unicamente a que corresponde a um dos convocados de forma a nunca receber qualquer pessoa mais de uma subvenção.

Art. 21.º As subvenções diárias a abonar aos parentes que estejam nas condições do artigo 19.º serão as constantes do quadro seguinte:

Parentes	Lisboa	Pôrto	Cidades e capitais de distrito	Outras localidades
Mulher	\$20	\$18	\$14	\$12
Um filho	\$10	\$09	\$07	\$06
Um filho órfão de mãe	\$20	\$18	\$14	\$12
Por cada filho, do segundo ao quinto filho	\$06	\$06	\$05	\$04
Pai ou mãe	\$20	\$18	\$14	\$12
Pai e mãe	\$30	\$27	\$23	\$20
Irmão ou irmã	\$20	\$18	\$14	\$12
Por cada irmão ou irmã, do segundo ao quinto	\$06	\$06	\$05	\$04
Mulher que criou ou educou o convocado desde a infância	\$20	\$18	\$14	\$12

Art. 22.º Aos militares convocados ou mobilizados, cujos vencimentos incluindo os que tenham como civis, sejam superiores a \$25 diários, será descontada acima dessa quantia a parte da subvenção concedida a suas famílias nos termos dos artigos 19.º e 21.º que esse excesso de vencimento comportar.

§ único. No cômputo d'estes vencimentos não serão incluídas as verbas destinadas à alimentação.

Art. 23.º Os filhos e irmãos dos militares em campanha, menores de dezasseis anos, órfãos de mãe e sem família, ficarão ao cuidado do Conselho Tutelar do Exército, que receberá e aplicará as subvenções a que estes tiverem direito, nos termos dos artigos 19.º e 21.º, quando

não possam ser internados em estabelecimentos de educação ou assistência.

Art. 24.º As pessoas das famílias dos mobilizados designadas no artigo 19.º tem preferência no provimento de empregos nos estabelecimentos fabris do Estado e na concessão de quaisquer trabalhos ou tarefas com destino àqueles estabelecimentos, sempre que para o desempenho desses empregos ou execução desses serviços possuam as necessárias habilitações e aptidão.

Art. 25.º Os militares mobilizados poderão estabelecer às suas famílias, por conta dos seus vencimentos, pensões cujo limite máximo nunca poderá exceder dois terços desses vencimentos e que serão pagos às pessoas de família ou representantes que os militares indicarem, não sendo necessárias procurações para este fim.

Art. 26.º Será criada junto da Inspeção Geral dos Serviços Administrativos do Exército uma repartição, que terá por chefe um coronel ou tenente-coronel do quadro de oficiais da administração militar, a cargo da qual ficam todos os serviços relativos aos vencimentos dos funcionários civis e às subvenções estabelecidas neste decreto e aos assuntos relativos à condição civil dos mobilizados.

§ 1.º Esta repartição será constituída por três secções que se occuparão respectivamente dos assuntos indicados neste artigo.

§ 2.º O pessoal desta repartição será nomeado pelo Ministro da Guerra, podendo a sua nomeação recair em oficiais de reserva.

§ 3.º Enquanto se não organizarem os serviços desta Repartição, o que será feito quando for julgado conveniente e oportuno, o Ministro da Guerra, por intermédio da Inspeção Geral dos Serviços Administrativos do Exército, tomará, sobre estes serviços, as providências que julgar necessárias para a sua execução.

§ 4.º Os regimentos de reserva, distritos de recrutamento, as autoridades e corpos administrativos e os funcionários do registo civil prestarão todas as informações e desempenharão todos os serviços que forem precisos para o bom funcionamento dos serviços a cargo da repartição criada por este artigo.

Art. 27.º A viúva e filhos dos militares mortos por motivo de serviço tem direito a receber desde o dia do falecimento, a título provisório e por um período não superior a um ano, $\frac{4}{5}$ da pensão de sangue que lhe competir pela legislação em vigor.

Art. 28.º As disposições do presente decreto não serão applicáveis às forças coloniais, nem às tropas metropolitanas eventualmente em serviço nas colónias.

Art. 29.º As disposições d'este decreto são applicáveis a todos os indivíduos referidos nos seus artigos 2.º, 11.º, 12.º, 13.º e 17.º que tenham sido chamados ao serviço militar nos termos do mesmo decreto, devendo nesta conformidade liquidar-se os respectivos vencimentos que forem devidos.

Art. 30.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga toda a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Colónias, e os Ministros de todas as Repartições, a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 11 de Julho de 1916. — BERNARDINO MACHADO — António José de Almeida — Luis Pinto de Mesquita Carvalho — José Mendes Ribeiro Norton de Matos — Vitor Hugo de Azevedo Coutinho — Francisco José Fernandes Costa — António Maria da Silva.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Repartição de Caminhos de Ferro

PORTARIA N.º 714

Tendo sido apresentado pela Companhia das Docas do Pôrto e Caminhos de Ferro Peninsulares o pedido de

liquidação da garantia de juro do 1.º semestre de 1916, da linha de Salamanca à fronteira de Portugal: manda o Governo da República Portuguesa, conformando-se com o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, que seja considerada definitiva a liquidação anterior, respeitante ao 2.º semestre de 1915 e paga a garantia de juro relativa ao 1.º semestre de 1916, na importância de 135.000\$, devendo a Companhia oportunamente apresentar as contas do exercício de 1916, para serem verificadas.

Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1916.—O Ministro do Trabalho e Previdência Social, *António Maria da Silva*.

Para o Chefe da Repartição de Caminhos de Ferro.

PORTARIA N.º 715

Atendendo ao agravamento dos encargos, provenientes da guerra europeia, que sobre-modo influem nos productos necessários para a exploração dos caminhos de ferro; Considerando que, por portarias de 28 de Fevereiro e 2 de Março do corrente ano, foi autorizada a aplicação de uma sobretaxa até 25 por cento sobre a maioria das tarifas, com o fim de não só atenuar o agravamento dos encargos da exploração mas também de beneficiar o pessoal ferro-viário:

Manda o Governo da República Portuguesa, tendo em

vista os pareceres do Conselho de Tarifas e da Repartição de Caminhos de Ferro, que, durante o prazo de um ano, seja autorizada a Companhia Nacional de Caminhos de Ferro a aplicar a sobretaxa de 25 por cento nas mesmas condições e com as mesmas isenções em que foi concedido para as linhas do Estado e Companhias sem subvenção, sendo metade da referida sobretaxa escriturada como receita fora do tráfego.

Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1916.—O Ministro do Trabalho e Previdência Social, *António Maria da Silva*.

PORTARIA N.º 716

Tendo a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta pedido para ser declarada sobranete uma parcela de terreno situada nas proximidades da estação de Cantanhede com a superfície de 1:720^m2,5, conforme a planta que fica junta ao respectivo processo: manda o Governo da República Portuguesa, conformando-se com o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, que seja considerada sobranete a mencionada parcela de terreno.

Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1916.—O Ministro do Trabalho e Previdência Social, *António Maria da Silva*.

Para o director fiscal de Exploração de Caminhos de Ferro.